



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMB  DO SUL

LEI COMPLEMENTAR N  001/2007, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

DISPÕE SOBRE A LEI GERAL DO SIMPLES MUNICIPAL
EM CONFORMIDADE COM OS ARTIGOS 146, II, D,
170, IX E 179 DA CONSTITUI O FEDERAL E A LEI
COMPLEMENTAR FEDERAL 123, DE 14 DE DEZEMBRO
DE 2006, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMB  DO SUL

Lei Municipal n.  01 de 18, 12, 07

Projeto de Lei n.  01/2007 de 13, 12, 07

Mensagem ao Legislativo n.  39 em 13, 12

Retorno ao Executivo of. n.  108 em 18, 12

O Prefeito Municipal de Timb  do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribui es legais e de conformidade com os artigos 146, II, d, 170, IX e 179 da Constitui o Federal e a Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1  - Esta lei regulamenta e consolida o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em consonância com as disposi es contidas na Lei Complementar Federal n  123 de 14 de dezembro de 2006.

CAPÍTULO I

DO REGISTRO E DA LEGALIZA O

Art. 2  - Fica criado o Alvará Provisório caracterizado pela concessão do alvará de funcionamento provisório, com prazo de vigência de 60 (sessenta) dias, para atividades econ micas com início de atividade no território do município.

  1  Fica disponibilizado no Departamento de Tributac o e Cadastro do município o formulário de pedido de Alvará Provisório, o qual será protocolado no município, para manifesta o no prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao da solicita o do alvará provisório, acerca da compatibilidade do local com a atividade solicitada e o deferimento do Alvará Provisório.

  2  No preenchimento do formulário, deverão ser informados:

- I - Documentos de constitui o, devidamente registrado no órgão competente;
- II - Atividades principal e secundária desenvolvidas, de acordo com a Classifica o Nacional de Atividades Econ micas - CNAE em vigor;
- III - Nome da pessoa jurídica ou física;
- IV - Endereço completo do estabelecimento;

Criado pela Lei n.� 1069 de 11/05/67	Instalado em 23/09/67	Pertence a Comarca de Turvo	�rea Territorial 347 Km2	Popula�o - Censo de 2000- 5.322	Altitude: Max: 1210 Média: 210 Mínima: 50
---	--------------------------	--------------------------------	-----------------------------	---------------------------------------	---

Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro - CEP 88940-000 - Timb  do Sul - Santa Catarina - CNPJ 82.915.232/0001-34
Fone (0**48) 536 1133 - Fone/Fax (0**48) 536 1144
E-mail: pmts@contato.net



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL

- V - Inscrição Imobiliária;
- VI - Número de inscrição no CNPJ;
- VII - Nome e qualificação do sócio ou administrador se for o caso;
- VIII - Nome do requerente;
- IX - Nome do contabilista responsável pela escrita fiscal, quando for o caso.

§ 3º A emissão do alvará provisório fica condicionada ao pagamento da respectiva taxa de expedição de alvará, nos termos da Lei nº 583, de 28 de dezembro de 1990 - Código Tributário Municipal.

§ 4º Para a conversão do alvará provisório em Alvará por prazo indeterminado, deverá o contribuinte, antes de expirado o prazo de validade do Alvará Provisório, apresentar na repartição competente cópias dos seguintes documentos:

- I - Documentos de constituição, devidamente registrado no órgão competente;
- II - Cartão do CNPJ;
- III - CPF dos sócios;
- IV - Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- V - Alvará da Vigilância Sanitária quando necessário;
- VI - Licença Ambiental quando necessário;
- VII - Habite-se.

§ 5º Somente será concedido alvará provisório para as atividades consideradas de baixo risco, de acordo com regulamentação a ser definida em Decreto, no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 6º O alvará previsto no caput deste artigo não se aplica no caso de atividades eventuais e de comércio ambulante.

§ 7º O poder público municipal poderá impor restrições às atividades dos estabelecimentos com Alvará Provisório, no resguardo do interesse público.

§ 8º Havendo justo motivo, o prazo referido no caput deste artigo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, mediante despacho do Secretário Municipal de Finanças.

Art. 3º - Os órgãos competentes deverão providenciar, no prazo de vigência do Alvará Provisório, vistoria no estabelecimento visando à expedição dos demais atos necessários à emissão do alvará definitivo, nos termos da legislação pertinente.

Art. 4º - O Alvará Provisório será declarado nulo se:
I - no estabelecimento for exercida atividade diversa daquela cadastrada;

Criado pela Lei n.º 1069 de 11/05/67	Instalado em 23/09/67	Pertence a Comarca de Turvo	Área Territorial 347 Km2	População - Censo de 2000- 5.322	Altitude: Max: 1210 Média: 210 Mínima: 50
--	--------------------------	--------------------------------	-----------------------------	--	---



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÊ DO SUL

- II - forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, ou se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco por qualquer forma, a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou da coletividade;
- III - ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais;
- IV - for expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;
- V - ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento.

Art. 5º - Será pessoalmente responsável pelos danos causados à empresa, ao município e a terceiros os que, dolosamente, prestarem informações falsas ou sem a observância das Legislações federal, estadual ou municipal pertinente.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para integração ao Projeto Registro Mercantil Integrado – REGIN, a fim de desburocratizar os procedimentos para abertura, alteração e baixa de empresas.

Parágrafo Único - Todos os órgãos públicos municipais envolvidos em qualquer fase do processo de abertura e fechamento de empresas observarão a uniformidade no processo de registro e de legalização, ficando o Poder Executivo autorizado a baixar atos necessários para evitar a duplicidade de exigências e para agilizar os procedimentos de análise.

CAPÍTULO II
DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 7º - As ME e EPP optantes pelo regime tributário Simples Nacional, recolherão o valor devido mensalmente a título de ISSQN mediante aplicação das respectivas tabelas anexas à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ressalvado o ISSQN devido em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte.

Art. 8º - Os escritórios de contabilidade, mesmo que optantes pelo Simples Nacional, recolherão o ISSQN em valor fixo, de acordo com a lei nº 583 de 28 de dezembro de 1990, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM).

Criado pela Lei n.º 1069 de 11/05/67	Instalado em 23/09/67	Pertence a Comarca de Turvo	Área Territorial 347 Km2	População – Censo de 2000- 5.322	Altitude: Max: 1210 Média: 210 Mínima: 50
--------------------------------------	-----------------------	-----------------------------	--------------------------	----------------------------------	---



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMB  DO SUL

CAPÍTULO III
DA FISCALIZA O ORIENTADORA

Art. 9  - Sem prejuízo de sua a o específica, a autoridade fiscal exercer  sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva junto às ME e EPP;

Parágrafo  nico - Sempre que possível e a infra o não colocar em risco os consumidores e os trabalhadores, o auto de infra o será precedido de intima o com prazo de 30 (trinta) dias para solucionar a irregularidade ou pendência.

CAPÍTULO IV
DISPOSI OES FINAIS

Art. 10 - As ME e as EPP que se encontrem sem movimento há mais de três anos poderão dar baixa nos registros dos órgãos públicos municipais, independentemente do pagamento de taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declara es nesses períodos.

Parágrafo  nico - A baixa prevista neste artigo não impede que, posteriormente, sejam lançados e exigidos valores apurados em decorrência da prática, comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial, de irregularidades praticadas pelas Microempresas e pelas Empresas de Pequeno Porte inclusive imposto, contribui es e respectivas penalidades, reputando-se solidariamente responsáveis os titulares ou sócios.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publica o, produzindo efeitos a partir o primeiro dia útil subsequente   sua publica o.

Art. 12 - Revogam-se as demais disposi es em contrário.

Timb  do Sul - SC, em 18 de dezembro de 2007.


NAILOR BIAVA
Prefeito Municipal

Criado pela Lei n.� 1069 de 11/05/67	Instalado em 23/09/67	Pertence a Comarca de Turvo	�rea Territorial 347 Km2	Popula�o - Censo de 2000- 5.322	Altitude: Max: 1210 Média: 210 Mínima: 50
--------------------------------------	-----------------------	-----------------------------	--------------------------	---------------------------------	---